

---

## O Espaço na Modernidade

Paulo César da Costa Gomes

Rogério Haesbaert da Cosia\*

O tema modernidade não é propriamente novo na análise espacial. Surpreendentemente, porém, não tem sido objeto de muitas preocupações na Geografia. Isto força quem deseja trabalhar sobre a relação espaço-modernidade a buscar referências dispersas, muitas vezes em autores de outras áreas, e induz, simultaneamente, a uma certa ousadia no tratamento da questão. A tentativa aqui proposta procura entrelaçar as preocupações mais recentes acerca da espacialidade com os marcos concretos de que se reveste a modernidade, especialmente para o caso do espaço metropolitano contemporâneo (que, para alguns autores, já estaria na "pós-modernidade"). Alguns pontos serão apenas esboçados, algumas idéias devem obrigatoriamente ser objeto de análises posteriores, mais aprofundadas. Preocupamo-nos, contudo, em delimitar razoavelmente um ponto de partida e em reconhecer que estamos muito mais incitando um debate que buscando respostas ou concepções acabadas.

O resgate da espacialidade em outras áreas das ciências sociais já permite antever indícios promissores de uma produção acadêmica que insere a temática em circuitos tradicionalmente "a-espaciais", como a história e a sociologia. Apenas para citar alguns autores, lembraríamos o tratamento especial de Foucault ao trabalhar sua "microfísica do poder" e a noção de panoptismo<sup>1</sup>, ou de Guattari em sua "territorialidade"<sup>2</sup> e

\* Mestres em Geografia pela UFRJ, Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> De maneira simplificada, uma "microfísica do poder", na visão de Foucault, envolve a análise da rede formada pelos poderes que se difundem na sociedade, periféricos ao poder centralizado ou estatal. Panoptismo, por sua vez, manifestaria "um conjunto de mecanismos de que se serve o poder (...). Uma invenção tecnológica na ordem do poder" (Foucault, 1979, p. 160), que

Maffesoli em seus "territórios tribais".<sup>3</sup> Embora considerados por muitos como "pós-modernos", estes autores sem dúvida participam da multifacetada corrente que parece impregnar a modernidade desde suas origens.<sup>4</sup>

Tratam-se, obviamente, de leituras bastante inovadoras, mas que de certa forma retomam grandes questões da modernidade, enriquecidas pelo dividir de um novo ritmo e de novas pulsões onde a própria "revolução molecular"<sup>5</sup> pode ter lugar. Revoluções menores, é verdade, em relação às utopias com que muitos de nós ainda sonhamos, mas nem por isto menos fecundas e perturbadoras, corroendo aos poucos a integridade de nossos "sistemas" (empíricos e conceituais). Geração permanente de um novo que nem sempre ousamos conhecer. Explosão múltipla de significações ocultas na simplificação formal de funções que reconhecíamos para as práticas produtoras do espaço social.

Geralmente, e de modo contraditório a essas evidências, a análise do espaço na modernidade tem sido levada em via de mão única. E muito

---

faz uso de determinadas formas espaciais/arquitetônicas para melhor exercer seu controle.

<sup>2</sup> "A noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo (...). Pode ser relativa tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma" (Guattari e Rolnik, 1987, p. 323).

<sup>3</sup> Por "territórios tribais" Maffesoli (1987) entende a espacialização (concreta e/ou simbólica) de microgrupos que hoje, especialmente nas grandes cidades, tendem a formar comunidades unidas por laços afetuais e territoriais, rompendo assim com o individualismo das massas.

<sup>4</sup> Daí compartilharmos das idéias de Roaunet (1987), que reconhece em filósofos como Foucault uma revitalização da razão crítica, preferindo inseri-lo em uma postura "neo" moderna e recusando-se a ver em sua obra uma ruptura com a modernidade, em sentido amplo. Não há dúvida, contudo, que vivemos hoje uma crise de vários paradigmas considerados "modernos", mas que ainda refletem, no nosso ponto de vista, uma transformação no seio da modernidade, mais do que uma verdadeira e definitiva ruptura com sua base. Isto não impede que autores como Maffesoli preguem abertamente o advento de uma era pós-moderna.

<sup>5</sup> Embora não seja preocupação sua precisar conceitos, Guattari entende "revolução molecular" como um processo de diferenciação permanente que estaria se contrapondo hoje à tentativa do controle social "através da produção da subjetividade em escala planetária" (Guattari e Rolnik, 1986, p. 45) e por meio da qual desenvolver-se-ia uma autonomização de grupos correspondente "à capacidade de operar seu próprio trabalho de semiotização, de cartografia, de se inserir em níveis de relações de força local, de fazer e desfazer alianças etc.". (op. cit., p. 46).

comum encontrarmos referências a um processo de modernização linear, moldado ainda no século passado, onde são identificados sinais e manifestações de uma transformação comprometida com a noção de avanço e de progresso. Novas técnicas, novas relações sociais, grandes projetos etc. são freqüentemente chamados a testemunhar essa propalada modernização do espaço. Este sentido de modernidade, no entanto, parece bastante estreito, pois se coloca deliberadamente postado de modo a evidenciar apenas um lado da questão. Assume assim um compromisso direto e imediato com um certo tipo de renovação ("progresso", evolução), a partir de um ponto de vista estabelecido a priori, procurando ocultar todos os demais.

Se ainda há pouco os próprios geógrafos colocavam dúvidas a respeito da pertinência da análise espacial como instrumento útil à compreensão da realidade social, mais difícil seria admitir uma leitura do espaço na modernidade dentro da multiplicidade de elementos que se oferecem como questões concretas a serem trabalhadas. Fecham-se assim muitos caminhos para o novo e se corrobora a pretensão de certo segmento da ciência "moderna", que busca a grande e unívoca teoria, resposta encarcerada que, por mais "dialética" que se proclame, permanece im-positiva.

Como diria Wilde, essa necessidade de um intelectualismo estável nada mais é do que "uma simples confissão de fracasso" sem conseguirmos apreender e dar respostas à problemática dinâmica e multifacetada da realidade, ancoramos nossas questões em um corpo teórico já consolidado, onde a "segurança" desta fidelidade (sem amor) torna-nos quase escravos, alheios à instabilidade rica e prolixa que a todo momento tenta nos despertar. Iludir-se de que é possível estancar a corrente, que passa em velocidade e cores cada vez mais surpreendentes, é pensar que fazer ciência no limiar do século XXI ainda consiste na rotulação de conceitos de permanência secular, fugindo assim da difícil racionalidade em que se inserem, ao lado da permanência e das regularidades, a incerteza e a ebulição constantes do novo.

Isso não significa, entretanto, que tenhamos de mergulhar "de corpo e alma", mais uma vez, nas vagas do novo. Trata-se, isto sim, de incorporar em nossas reflexões a diversidade e nela a convivência com o "velho" na complexa virtualidade da mudança, no surgimento permanente do novo, que é sem dúvida um dos marcos fundamentais da modernidade. Se por um lado estes signos do novo se impõem, é porque se sobrepuseram a outros já existentes, ocorrendo entre eles um processo de luta e interação que caracteriza esta dinâmica. Paralela e concomitantemente, revela-se um outro ângulo, que é o da preservação ou

resistência, "resíduo" do processo de substituição e que deve ser igualmente considerado em nossa análise.

Nesse sentido, a modernidade pode ser vista como um período em que se estabelece esse movimento permanente de rápidas substituições e interações do antigo com o novo. E neste contexto é importante colocar a questão de que novo estamos falando - seria aquele comprometido com uma determinada via que nos é, muitas vezes, indicada como inexorável ou obrigatória, ou existiriam outras nuances? De certa forma, a modernidade é um tempo de conditos entre o "moderno" e o "tradicional", mas também entre as visões do novo e a imprevisibilidade das transformações, entre as versões proclamadas da mudança e os processos efetivamente vividos. Compreende assim uma com-vivência - a vivência conjunta de múltiplas intensidades entre conflitos e transformações, resistências e ambigüidades, desordem e organização, compondo uma atmosfera com a qual podemos nos confrontar em diversas escalas e contextos espaciais.

Para Berman (1987), a característica fundamental deste período é a contínua mudança, o movimento ininterrupto de transformação, onde a velocidade e o ritmo são avassaladores, colocando o homem moderno frente a um turbilhão destruidor/construtor que o conduz a uma condição de perplexidade diante de um mundo inconsistente em permanente mutação. Esta avalanche tem como motor propulsor a lula e consolidação da hegemonia burguesa que se apresentou como a destruidora de todos os valores e representatividades do mundo pré-moderno e que se mantém hegemônica sob a condição de promover contínuas transformações (inclusive dentro de seus próprios segmentos).

De certa forma, a ascensão e criação desse novo mundo, sob a égide da burguesia, procedeu a uma direção inversa à das teogonias clássicas, onde do caos se fazia a ordem. Estes novos deuses, em sua conquista "racional" do mundo, não só transformaram a ordem em caos, como são obrigados a renová-lo (o caos) a cada momento em que se lhes ameaça a ordem. Vemos aí aflorar outro binômio da modernidade - ordem/caos, que ao lado da mudança/permanência, parece constituir a tônica geral deste processo.

O espaço, sem dúvida, é testemunha e veículo dessa dinâmica. Nele são travados combates, estão cicatrizes de lutas, erguem-se monumentos ao novo tempo e através de seus signos há a realização simbólica daquilo que comumente se concebe como "vida moderna". Em síntese, no espaço estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos. Seus

múltiplos sentidos são vivenciados, a cada instante, nos mais diferentes lugares do planeta.

### *Os sentidos da espacialidade*

O papel do espaço, hoje indissociável em suas perspectivas "natural" e "social", pode ser interpretado tanto como "rugosidades"<sup>6</sup> ou "constrangimentos"<sup>7</sup>, que redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas. Assim, a espacialidade não joga apenas um sentido decisivo na realização das grandes estratégias político-econômicas da modernidade, como pode também corresponder ao *locus* fundamental para a articulação e conformação de territórios alternativos<sup>8</sup>.

Numa era em que uma "geo-finança"<sup>9</sup> volatiliza os espaços na mobilidade pretensamente ilimitada do capital, a diferenciação espacial nem por isso perde sentido. Além da necessidade de hierarquizar seus núcleos decisórios a nível mundial, a geo-finança encobre toda uma dinâmica micro-política, inserida também na desigualdade intrínseca ao próprio sistema e onde, por maior que seja a mobilidade social e econômica, a reterritorialização lhe será sempre indissociável, abrindo aí sulcos para desregramentos que a obrigam a um contínuo retrabalhar dos espaços sociais.

Nas palavras de Guattari, "o objetivo da produção da subjetividade capitalística é reduzir tudo a uma tábua rasa. Mas isso nem sempre é possível, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos" (Guattari e Rolnik, 1986, p. 56). A propósito, o autor faz uma interessante distinção entre espaço e território: "os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando (sic) ligado mais às

---

Para M. Santos, "as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço" (Santos, 1978, p. 138), e que, por testemunharem este passado, não se transformam concomitantemente aos processos sociais, interferindo assim na sua dinâmica.

<sup>7</sup> Guattari utiliza o termo "constrangimentos" para designar a interferência de elementos territoriais, seja de ordem "natural" (como uma montanha ou rio), seja de ordem social ("as pregas da subjetividade capitalística") na problemática, por exemplo, do planejamento urbano (cf. Guattari, 1985).

<sup>8</sup> A propósito, e com relação à dimensão simbólica e político-disciplinar do espaço, tomou-se por base o texto "Territórios Alternativos" (Costa, 1987, inédito - resumo publicado no caderno Idéias do Jornal do Brasil, 21/03/1987).

<sup>9</sup> Cf. Goldfinger, 1986, que assim intitula sua obra ao se reportar à nova espacialidade do capitalismo financeiro em escala mundial.

relações funcionais de toda espécie" (Guattari, 1985, p. 110). Citando o caso da França, ele se reporta não apenas a movimentos de pequenos grupos (de "culturas alternativas", por exemplo), como também ao desenvolvimento de outras "formas de subjetividade coletivas", a que comumente denominamos movimentos regionalistas (lutas como as dos bretões, bascos e corsos, no contexto francês). Aí, a dimensão territorial é parte constituidora tanto da organização de resistências quanto do fortalecimento das identidades regionais.

Para o caso brasileiro, a título de exemplificação, podemos citar algumas tendências dentro do regionalismo gaúcho, hoje ativamente retomado, e que representam não só a resistência a uma cultura homogeneizante, imposta, como permitem certos níveis de manobra política, aglutinando a sociedade regional com o objetivo de resgatar uma posição econômica e política mais favorável para o Estado (Costa, 1988). Embora manipulado pelas frações regionais da classe dominante, a ambigüidade do movimento manifesta hoje nítidas raízes contestatórias, em que se questiona a própria sobrevivência de seu signo espacial básico de referência, a "estância" latifundiária.

Embora de várias formas articuladas aos comandos gerais do aparelho político-econômico realizado praticamente à escala planetária, essas linhas alternativas de ordenação do território parecem cada vez mais evidentes, afirmando, quem sabe, uma geografia efetivamente engajada com a multiplicidade de significações e virtualidades reveladas pelas distintas escalas espaciais que constituem o momento contemporâneo da modernidade. Paralelo ao entendimento deste fluxo contraditório que imbrica e distingue diferentes escalas como o urbano, o regional e nacional, é necessário realizar a leitura do espaço da modernidade enquanto repositório de múltiplas finalidades e sentidos.

A grande ênfase dada até aqui pelos estudiosos da espacialidade tem sido a de sua funcionalidade econômica. Cabe então retomar, numa nova ótica, conectada a estes "espaços produtivos", aquilo que denominaríamos, parafraseando as "funções do trabalho", de Foucault, "espaços disciplinares", moldados na rica diversidade cultural dos grupos sociais - o espaço (ou o território) visto assim não só na abordagem estrita de sua funcionalidade produtiva, como também no ilimitado potencial de suas significações sociais.

Embora sem negar que toda espacialidade esteja impregnada, em diferentes níveis, de uma carga simbólica ou disciplinar, alguns espaços parecem assumir primordialmente um destes "conteúdos". Tentaremos a seguir mostrar alguns casos que nos parecem mais evidentes buscando com isto revelar a complexidade por trás do caráter meramente

"produtivo" dos espaços e sua relevância para a compreensão do espaço na modernidade.

Para Foucault (1979), o trabalho desempenha para os loucos, os doentes, os prisioneiros e, hoje, também as crianças (aos quais ainda poderíamos acrescentar os militares e os religiosos), uma função basicamente disciplinar ou de adestramento. O espaço em que se impõe este "outro" trabalho, que não o tipicamente produtivo, é que denominamos espaço disciplinar, pois "a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço" (Foucault, 1984, p. 130).

Muitos espaços, ao mesmo tempo que se inserem na reprodução de uma rede centralizada e hegemônica de poder, participam da geração de "micropoderes" onde a disciplinarização cotidiana tem lugar. Assim, a própria fábrica teria desenvolvido sua estrutura particular de controle, em termos de organização do espaço. Há, contudo, aqueles locais que parecem "especializados" na reprodução do poder, no exercício da força e/ou na difusão de normas de conduta. Objetiva-se através deles um controle mais eficaz dos segmentos lidos como anômalos ou "desviantes" à normalização dominante (os doentes, os loucos, os "marginais") ou que necessitem ser adestrados para que façam cumprir os valores impostos e reconhecidos como imprescindíveis à reprodução do arranjo social: as crianças e adolescentes, enquanto futuro a garantir e manter, os militares, tidos como responsáveis pela "segurança" do presente, e a maior parte dos religiosos, veiculadores da alienação através de uma "esperança" sobrenatural e de uma bondade apassivadora.

Os dispositivos disciplinares criados para medir, controlar e corrigir a "anormalidade", **expressam-se**, segundo Foucault, na figura arquitetônica do Panóptico de Bentham, dispositivo que "organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente". Este mecanismo de disciplinarização estaria presente na estrutura arquitetônica desde o final do século XVIII, sendo portanto um referencial espacial da modernidade, enquanto instituidora do poder burguês<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Foucault admite ter descoberto, através dessas "demarcações das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos", as relações que existem entre poder e saber, pois "a descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados" (op. cit., p. 159). E acrescenta que "seria preciso fazer uma 'história dos espaços' - que seria ao mesmo tempo uma 'história dos poderes' - que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat (...), passando pelas implantações econômico-políticas" (p. 212), pois é a partir das "táticas e estratégias que se desdobram através (...) das distribuições (...), dos controles de territórios, das organizações de

Frente à abordagem foucaultiana, onde se afirma um poder onisciente e onipresente (embora multifacetado), devemos enfatizar também a moldagem daquilo que o próprio autor denomina "contrapoderes", as resistências ao panoptismo das instituições, em que cita, por exemplo, o fracasso de muitas cidades construídas para o operariado. Num contexto semelhante, no caso brasileiro, podemos lembrar o conhecido malogro de tantas "remoções" de populações faveladas, onde mesmo a localização em conjuntos habitacionais próximos à antiga favela provoca expressivos rearranjos diferenciadores que contrariam a modelização disciplinadora da urbanização dominante. No âmbito da metrópole, como veremos adiante, são pródigos os exemplos desta constante reordenação diferenciadora, onde diferentes "redes disciplinares" permitem a reprodução de territórios e grupos específicos.

Ao contrário dos espaços fundamentalmente disciplinares, aqueles que denominamos espaços simbólicos não corresponderiam a exemplificações tão nítidas, pois eles parecem manifestar seus múltiplos "valores simbólicos" em permanente associação com outros papéis de natureza mais concreta. Alguns exemplos, entretanto, parecem traduzir de modo claro esta qualificação simbólica do território, como que materializando determinadas concepções e imagens. Assim, tanto os grandes monumentos ou prédios preservados por seu "valor histórico", quanto as reservas naturais, representantes de um alegado "patrimônio", assumem sobretudo um valor simbólico como signos que traduzem uma memória coletiva, nacional, regional ou urbana, perpassando então as mais diferentes escalas sócio-espaciais - desde o espaço cotidiano de relações até o território internacional.

A manutenção de espaços de referência que um dia forjaram uma determinada identidade territorial, além da potencialidade que manifesta para a congregação de interesses locais ou regionais de resistência a processos que se pretendem homogeneizantes, pode ser também, entretanto, uma garantia para manter a ordem político-econômica instituída. Ao mesmo tempo em que impõem cristalizações, resistências espaciais concretas, os grandes projetos "preservacionistas" transformam-se em elementos simbólicos capazes de resgatar e enaltecer identidades que, com estes referenciais, podem retrabalhar e fortalecer a própria ideologia nacionalista.

Segundo Castoriadis, "nada permite determinar as fronteiras do simbólico", sendo impossível associá-lo a uma lógica e muito menos a uma rede simbólica geral. As formas de veiculação das significações aos

---

domínio" (p. 165) que deve ser analisada a formação dos discursos e a genealogia do saber.

símbolos, produtos e produtores, não seria uma nova leitura pela qual daríamos conta de toda a interpretação da realidade, mas oferecer-se-ia como um instrumento suficientemente aberto para dar margem à "imaginação produtiva ou criadora", capaz de ver através das significações bem mais do que a determinação e a causalidade puras, pois ao mesmo tempo que "determina aspectos da vida em sociedade" o simbolismo está "cheio de interstícios e de graus de liberdade"<sup>11</sup>.

Essa indeterminação e semi-logicidade dos símbolos aparece claramente através dos múltiplos sentidos dados a diferentes parcelas do espaço pelos diversos conjuntos da sociedade. "Por suas conexões naturais e históricas virtualmente ilimitadas, o significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados". Assim, por exemplo, no âmbito dos processos de construção dos regionalismos, um mesmo espaço de referência pode revelar diferentes significações de acordo com a apropriação ideológica, simbólica, que se faça de seus signos, sendo que mesmo o sentido atribuído pelos grupos ditos dominantes pode ser desvirtuado por outros segmentos da sociedade<sup>12</sup>. Cabe-nos então descobrir estes sentidos e compreender o contexto em que se insere a mediação exercida pelo espaço, já que "um símbolo nem se impõe como uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de toda referência ao real" (Castoriadis, 1982, p. 144).

Essa constatação de que a espacialidade (social) compreende ao mesmo tempo uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo, leva-nos à conclusão de que é impossível apreender a complexidade do processo de territorialização da sociedade sem procurarmos conhecer esta múltipla interação. Pois o espaço nunca é transformado a partir de uma intenção

---

<sup>11</sup> "A sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá); participa, enfim, do racional. Tudo isto faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre **significamos** e significados, conexões e conseqüências que não eram nem visadas nem previstas. Nem livremente escolhido, nem imposto à sociedade considerada, nem simples instrumento neutro e 'médium' transparente, nem opacidade impenetrável e adversidade irreduzível, nem senhor da sociedade, nem escravo flexível da funcionalidade, nem meio de participação direta e completa em uma ordem racional, o simbolismo determina aspectos da vida em sociedade (e não somente os que era suposto determinar), estando ao mesmo tempo cheio de interstícios e de graus de liberdade" (Castoriadis, op. cit., p. 152).

<sup>12</sup> A propósito, v. Costa, 1988.

perfeitamente determinável e direcionada a uma "função" estanque - assim, quando analisamos o "espaço econômico" ou o "espaço político" na verdade estamos tratando de faces de um mesmo e indissociável fenômeno, que do mesmo modo que corresponde à materialização objetiva de uma "produção" ou de um "poder", envolve também, e simultaneamente, leituras simbólicas suficientemente abertas para incluir a possibilidade permanente de criação de novos significados.

Toda essa discussão, no entanto, corre o risco de uma certa aridez se não remontarmos ao seu próprio princípio, o espaço em suas especificidades. Em distintas escalas espaciais pode-se observar a concretização dessa dinâmica, porém entre elas há uma que é típica deste período - a escala metropolitana, pois a metrópole é ao mesmo tempo criação e criadora de modernidade. Aí, o espaço, longe de possuir uma fisionomia unidimensional, se apresenta como verdadeiro labirinto tecido em redes complexas de apropriações sucessivas e de significações diversas que nos conduzem irremediavelmente ao jogo dinâmico da multiespectral face da modernidade.

Compreendidas, portanto, essas linhas gerais, tentaremos a seguir percorrer algumas trilhas neste intrincado labirinto dos espaços metropolitanos, símbolos inequívocos de uma geografia da modernidade.

#### *Metrópole - um espaço síntese da modernidade*

Há muitos sítios espaciais que poderiam ser escolhidos como exemplos da modernidade, mas nenhum é tão característico e próprio como o fenômeno da metropolização. E neste tipo de organização que encontramos espacialmente a mais singular das formas desses novos tempos. Assim é que Berman, em seu estudo sobre a modernidade, mesmo sem ter qualquer vínculo com o objeto espacial em sua formação acadêmica, dirige sua investigação para os processos ocorridos em Paris (já investigados, em ótica semelhante, por W. Benjamin), São Petersburgo e Nova York.

O espaço metropolitano é extremamente enfático na medida em que revela as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos à espacialidade e incorpora sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, sem os justapor, congregando-os em uma dinâmica comum que constitui, em certo sentido, a própria natureza dos processos de metropolização. Do ponto de vista físico, podemos dizer que este processo compreende dois elementos básicos: a expansão contínua e a diferenciação crescente da malha metropolitana, ambos veiculadores da mudança e transformação. Não agem, no entanto, separadamente, sendo conjugados e simultâneos.

Tampouco compõem um conjunto concatenado ou estritamente comprometido com uma racionalidade explícita.

A lógica do movimento não se dá no sentido de promover uma renovação geral e previsível, como pretendiam muitos planejadores do início do século. Muitas vezes, é comum o novo se implantar por sobre um espaço que em um período imediatamente anterior havia sido saudado como a "novidade". Existem aí importantes aspectos a sublinhar. O primeiro é que esta contínua mudança, apesar de muitas vezes proclamar-se normalizadora, não tem um compromisso uniformizador efetivo. Ela acabou atuando de maneira a criar cada vez maiores diferenciações na malha urbana, seja na paisagem, nos usos que se fazem predominantes ou nas leituras simbólicas incorporadas a determinados espaços. Há, digamos, uma permanente migração na metrópole, que se estende hoje muito além da mobilidade pura e simples de seus habitantes. Trata-se de um constante rearranjo de valores, formas, funções e significados. Para isso, os ritos de renovação são celebrados cotidianamente, através de permanente destruição/construção da qual a metrópole é testemunha. Analogamente, é como se para permanecer crescendo ela tivesse de devorar continuamente sua prole, e que este fosse o único meio de se manter viva e de assegurar sua potencia.

Do mesmo modo, a expansão espacial da metrópole, na formação de sua rede tentacular, também se processa no sentido de reproduzir essa aparente "ilogicidade". O avanço não se faz através de um *continuum* regular e padronizado. As redes metropolitanas se estendem amplamente, fazendo aflorar ou capturando estruturas fora de seus limites físicos imediatamente contíguos. Criam-se assim certos intervalos, hiatos que existem e convivem dentro desta extensão mais abrangente.

Esse é o mais eloqüente argumento contra o isomorfismo dos planos urbanísticos ou ainda contra aqueles que crêem que no capitalismo o espaço seja produzido homogeneamente. Generalizam-se sim determinados tipos de relações, determinados significados, mas nunca com o sentido de reproduzir uma homogeneização coordenada e globalizante, pois a crescente diferenciação e segmentação são características fundamentais deste processo. E o que se pode perceber hoje nas metrópoles capitalistas, tanto nos Estados que incorporaram há mais tempo e de modo mais radical a dinâmica da modernidade, quanto naqueles em que, como no caso brasileiro, este processo se encontra inserido em uma outra teia de contextos histórico-sociais.

Para o primeiro caso, talvez o exemplo de Los Angeles, maior cidade em área contínua dos Estados Unidos (com cerca de 1.200 km<sup>2</sup>), seja dos mais pertinentes. Tida como a típica "cidade mundial" (Shachar,

1983) que prenuncia as manifestações urbanas do próximo século (segundo alguns, da era "pós-moderna"), a cidade se expande por uma imensa superfície, onde a aparente ordenação física manifestada por sua gigantesca e relativamente uniforme rede de circulação (é por excelência a metrópole das "free-ways") é contestada pela multiplicidade dos grupos e "redes" sociais que nela se entrelaçam e tentam moldar seus próprios territórios<sup>13</sup>.

Essa heterogeneidade é de tal ordem que já foi incorporada pela própria linguagem corrente, pois Los Angeles é conhecida como "um conjunto de cem subúrbios em busca de uma cidade". Para conhecê-la devemos então nos despir de qualquer conceito prévio de cidade, como se a megalópole estivesse sendo gerada e recriada a cada momento, e como se cada visitante pudesse inventar ali sua própria cidade, a urbe de seus sonhos (Disneyland, Hollywood e Santa Monica seriam exemplos de tentativas da materialização desses sonhos)<sup>14</sup>.

Essa contínua mutabilidade e o ritmo e velocidade das transformações, que em Los Angeles parecem representar hoje o ápice desse processo, tende a criar uma atmosfera que exige um intenso esforço de cada indivíduo no sentido de reinterpretar a cada passo estas mudanças, recriando, ainda que simbolicamente, seus espaços particulares de referência. Somos instados a nos convencer que vivemos em um universo completamente moldado pelo homem. Toda natureza parece estar amordaçada, controlada e dominada, enfim, recriada por esse homem sem limites e dotado de uma fúria destruidora e criadora infundável.

As grandes obras, os grandes espaços, são marcas desse poder, a magnitude e a escala criando um espaço de gigantes. Imagens e perspectivas incapazes de ser captadas pela extensão do olhar, como que criadas por seres de outra dimensão, para este homem-máquina, criador todo-poderoso dos signos do novo tempo. Entre estes signos, talvez aqueles que consigam expressar o símbolo máximo da **modernidade** sejam as áreas centrais das grandes metrópoles - corações que pulsam, dilatando-se e contraindo-se frente à obsolescência e renovação de suas "periferias",

---

<sup>13</sup> Apenas 30% dos habitantes de Los Angeles são nativos da cidade, sendo que somente metade da população pode ser considerada de cultura norte-americana. Trata-se assim da metrópole em que se fala, cotidianamente, a maior quantidade de idiomas, presenciando-se manifestações culturais de várias partes do planeta (há, por exemplo, festivais tailandeses, mexicanos, escandinavos, escoceses). Alguns bairros como Corcatown, Little Tokyo, o bairro latino e Chinatown representam verdadeiros segmentos alternativos na teia da megalópole.

<sup>14</sup> A propósito de uma "hiper-realidade" no âmbito das megalópoles no final do século XX, v. Baudrillard, 1985.

recheados e torres de vidro e aço que se impõem qual símbolos fálicos a prenciar a infinita potencia da modernidade. A onipresença dos arranha-céus, contudo, tenta velar também aí a diferenciação que em parte a própria burguesia é levada a executar, para a realização mais pródiga de seus ritos.

É assim que mesmo o centro de uma metrópole do Terceiro Mundo, como o Rio de Janeiro, reproduz claramente os efeitos espaciais de uma multiplicidade de "funções" que se conjugam e acabam realizando uma nova parcelização do território: o lazer na Lapa e na Cinelândia, as finanças na Avenida Rio Branco, o aparelho jurídico-político no Castelo, os múltiplos comércios de Uruguaiana ao Saara e, em meio a tudo, os nódulos dos monumentos históricos, templos e palácios que resistem no tempo, como "patrimônios" a contradizerem o novo e a corroborarem a ambigüidade geográfica da modernidade.

Num contexto mais radical, Nova York, expressão maior da imponência verticalizadora das metrópoles, apresenta na própria arquitetura de seus espigões a via para o múltiplo - rompendo com o esquema cibernético dos paredões retangulares de vidro e aço, surgem edifícios como os do Cilicorp (com seu topo cortado em ângulo de 45°) e da AT & T (onde o "pós-moderno" de Philip Johnson inspirou-se no renascimento), os quais, somados a ousadias do início do século (como no edifício da Chrysler), buscam dar nova configuração à aparente homogeneidade arquitetônica de Manhattan.

Mas nem só pela imensidão e pela monumentalidade se transfigura a experiência espacial do homem moderno. Como vimos para o caso de Los Angeles (fato que se repete nas demais "cidades mundiais" capitalistas), também pela coexistência com grupos muito diversos, somos conduzidos a outras escalas e espaços muito distantes. Ao mesmo tempo, essa contínua diferenciação da malha urbana e a experiência muitas vezes assustadora do desconhecido e do inesperado, levam o indivíduo a recriar laços de identidade e enraizamento, fortalecendo grupos e/ou delimitando novos territórios - os guetos, aí, constituindo a expressão mais incisiva destas comunidades, que procuram reproduzir-se endogamicamente e criar todo um repertório cultural comum e exclusivo do grupo.

É como se a dimensão **temporal** da modernidade envolvesse, através do e com o espaço, um fluxo multifacetado alternando pelo menos três segmentos:

- instabilidade ("crise"), em que são contestadas as formas vigentes e gerados os caminhos para o novo;

- luta pela imposição de um desses caminhos, aglutinada entre dois veios: o das propostas macropolíticas normatizadoras e o da recriação de micropolíticas diferenciadoras;

- relativa estabilidade e enraizamento do amálgama produzido por essa luta.

Apesar de intimamente conjugados, esses três segmentos representam a possibilidade de dissociação dentro do processo geral de espacialização da modernidade. É relevante, portanto, identificarmos a assimetria dessa dinâmica. Ela pode ocorrer tanto no sentido sincrônico - os espaços que expressam, ao mesmo tempo e em diferentes intensidades, a "crise", a luta com o novo e a (re)afirmação da mudança, quanto num sentido diacrônico - a prevalência de um desses três segmentos em determinados períodos de tempo, como parece ocorrer hoje com a crise, tão drástica que já há quem antevêja nela uma condição de pós-modernidade.

No caso do Rio de Janeiro da passagem do século XIX para o XX, por exemplo, observamos a princípio um período de acentuada instabilidade e transformações sócio-espaciais, vinculadas à mutação global da sociedade brasileira. A nascente burguesia, propalando o "inchamento" e a "degeneração" da cidade, preparava com este discurso o terreno para a imposição de seus modelos, onde o "projeto de regeneração" urbana de Pereira Passos, no início deste século, configuraria sua execução mais contundente. A hegemonia do projeto burguês de "modernização", ao mesmo tempo que concebia a disciplinarização da pobreza, segregada em espaços "marginais", impunha uma nova ordenação territorial viabilizadora dos macroprocessos da produção capitalista. Traduzia ainda, através do urbanismo e dos padrões arquitetônicos, os signos reprodutores dos símbolos europeus da "belle époque". Sua implantação, contudo, não se deu sem resistências, e os resultados espaciais, contraditórios, dessa complexa mutação, ainda hoje podem ser desvelados em muitas facetas do Rio metropolitano<sup>15</sup>.

A cartografia da metrópole moderna é, portanto, muito mais rica e controversa do que nossos genéricos modelos podem supor. Além da grande diferenciação no tecido urbano, que cria espaços singulares, da distribuição desigual dos equipamentos e serviços, para além desta configuração física há uma complexa rede de relações entre grupos que traçam laços de identidade com o espaço que ocupam, criam formas de apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios.

---

<sup>15</sup> Sobre as transformações do espaço carioca, v. Abreu, 1987.

### *A identidade metropolitana e as marcas da modernidade*

Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (real e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais. Para nós o fundamental e discutir a variabilidade e a conjunção desta dinâmica identitária espacial no contexto da modernidade. Assim, se os diferentes grupos (e/ou classes) sociais que formam o tecido da metrópole necessitam de um território como base de afirmação, como isto acontece nesta realidade de permanente mudança?

Diríamos que o progressivo crescimento diferenciado da malha urbana e acompanhado por um movimento concomitante de surgimento de novos segmentos sociais, gerados pelo processo político, econômico e cultural no interior das metrópoles. Deste modo, o famoso mito do anonimato das cidades e colocado em questão. Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusa rede metropolitana mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há os lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vedados.

"O ar da cidade liberta" - a quebra do servilismo feudal que obrigava o camponês a permanecer nos estritos limites de seu feudo transpôs para a cidade moderna a figuração da liberdade pela qual ela teria sido gerada. Estranha liberdade esta que vivemos na metrópole contemporânea, onde mesmo a rua, outrora um espaço de contatos ou da multidão desordenada e solta, se transfigura também no território condicionado dos automóveis, escudos que permitem o total resguardo de nossas individualidades; onde o pleno direito de ir e vir, tão celebrado, está circunscrito a determinados espaços e a determinadas condições que precisamos cumprir.

Na verdade, esses circuitos não são completamente exclusivos de um grupo ou classe; existem na moderna Babel espaços de convivência permitida. Ao se apresentar aí, no entanto, cada grupo o faz segundo seus signos de referência, que são ao mesmo tempo excludentes dos demais, de tal modo que seria possível imaginar o estabelecimento de matrizes interconectadas que associassem códigos sociais a determinados territórios urbanos. Nem só em guetos, portanto, cria-se a segmentação. Mesmo que dispersos em determinada área geográfica e sem a conotação explícita da segregação, podem se formar grupos identitários na metrópole. Vivendo

sob determinados signos como o vestuário, o código verbal, as aspirações sociais etc, são em geral grupos que detêm algum tipo de privilégio social e, portanto, não necessariamente restringem seu confinamento a determinados sítios espaciais. Seus atributos permitem não só uma controlada e relativa dispersão espacial, como também indicam que esta dispersão constitui a própria afirmação de seu prestígio.

A demarcação territorial é a ordem metropolitana e, em certo sentido, é a vida, o pulsar da sociedade através destes espaços. Ordem porque reproduz uma movimentação disciplinada, limitada. Funciona como uma garantia de permanência e associabilidade. Este processo é, entretanto, constantemente revolvido pela desterritorialização e reterritorialização de que nos fala Guattari (op. cit.). Os limites e circuitos são hoje continuamente alterados, seja pela dinâmica interna aos próprios segmentos, seja pela atuação das ordens econômica e política que têm a propriedade de criar, com seus instrumentos institucionais, verdadeiras revoluções dentro da malha metropolitana.

A identidade na metrópole, então, não se forja apenas nessa matriz segmentada e particular. Há sinais **de** uma identidade geral e **generalizadora** na metrópole. Em primeiro plano, a rede de relações estabelecida pelas metrópoles tende a se dar em escala mundial. Muitas vezes estamos muito mais informados ou ligados emocionalmente a fatos que ocorrem distantes milhares de quilômetros do que a outros que ocorrem no quarteirão vizinho. A outra face desse processo é o próprio sentimento de síntese vivido nestas grandes aglomerações, onde pessoas vindas das mais diferentes localidades e nações transmitem-nos uma sensação ambígua que constitui uma determinada vivência do mundo, ainda que estejamos convivendo em um lugar bem determinado. Esta é a grande síntese permitida pelo espaço metropolitano - mundo/lugar. Uma experiência e sensação do espaço que é a própria natureza da modernidade - próximos/distantes, presos/livres, singulares e universais.

Em outro nível, há também um código **de** identidade que registra o ser metropolitano onde quer que ele se apresente. Ele faz parte desse organismo, abrigo de tantas ambigüidades, que o torna único e geral. Geral, pois o que está a unir, o que cria a unidade planetária das metrópoles é sobretudo sua conjunção de diferenças. O que se repete, portanto, não é uma unidade básica formal; o que cria o padrão, contraditoriamente, não é a uniformidade. Ao contrário, a identidade geral do ser metropolitano são suas variabilidades, sua diversidade, a mistura incessante de planos de convivência entre diferentes. Quando nos identificamos como novaiorquinos, parisienses, ou mesmo como paulistas ou cariocas, nem sempre somos traduzidos em primeiro lugar

pelos signos identitários gerais que ainda distinguem cada cidade, mas sim pela convivência simultânea, em nós, de diferentes concepções de mundo, pela ousadia de nossas indefinições, pelo "perigo" de nossas transgressões e de nossa impulsão para o novo, imersos que estamos na complexa lula entre a globalização macro-econômica e as micropolíticas de subjetivação.

#### *A metrópole como espaço de luta*

Vimos anteriormente que o espaço metropolitano se constitui em um território complexo onde se mesclam e se separam diversas identidades. Vimos também que se trata de um espaço multi-apropriado, onde as contínuas e intermitentes renovações geram um complicado fluxo de deslocamentos. Se o espaço é, como concebemos a princípio, fonte e condição indispensável para a constituição de determinados grupos, é natural que haja neste espaço constantes disputas, avanços e recuos que constituirão os lermos necessários em que serão reproduzidas as dinâmicas sociais do ambiente metropolitano.

Baudelaire foi, sem dúvida, um dos precursores da discussão sobre a modernidade na metrópole. O ambiente parisiense foi a principal fonte de inspiração em sua leitura do mundo. Em um de seus poemas, trabalhado por Berman (op. cit.), há uma descrição preciosa sobre os primeiros dias da modernidade na Paris do século XIX, onde foram abertas novas vias e artérias (a reforma Haussman), criando-se o famoso tipo urbanístico que marcou esta época - os bulevares.

É em um desses bulevares que está sentado um casal. Em cadeiras de um café, na calçada, desfrutam da nova visão da Paris moderna. Em meio a isto são surpreendidos por uma família andrajosa, que pára diante deles. Os olhos desses pobres traduzem surpresa e admiração, olham para aquilo que jamais poderão ler. A moça sente-se importunada e pede que chamem o gerente. O rapaz, deixa-se invadir por uma onda de piedade e angústia pela expressão daqueles olhos.

Para Berman, esse é o momento onde o oculto, a miséria, se revela. Nos bulevares, a vida burguesa, termina por ler que se confrontar com a pobreza, que ela procura esconder através de grandes obras e reformas urbanas. Para nós importa principalmente perceber que esse primeiro momento de revelação é vivido com surpresa e conformismo. Mundos diversos que se olham e causam sensações de estranheza pela descoberta do outro. Muito rapidamente, porém, o olhar e a surpresa são substituídos pela ação e pelo confronto. O desfilar dessa vida burguesa não poderá se fazer mais sem proteção, em contato direto e próximo ao da miséria. São criadas progressivas garantias ao crescente avanço daqueles que antes apenas olhavam e que agora invadem, lutam e disputam. As

cadeiras não ficam mais nas calçadas - quanto mais distante desse mundo revelador e agressivo da miséria, melhor.

A vida moderna, do cidadão moderno, daquele que, por ter espaço nesta cidade, pode exercer sua efetiva cidadania, foi se encastelando cada vez mais. Na modernidade instável e insegura de nossos dias, são enormes edifícios-fortalezas, guaritas, seguranças, mecanismos de triagem e seleção, muros, cercas e fundamentalmente o automóvel, a nova carapaça inexpugnável do homem moderno, tão saudada pelos "modernistas" (como Le Corbusier). É ele quem vai permitir a passagem e, ao mesmo tempo, garantir nossa invulnerabilidade.

Nas metrópoles do Terceiro Mundo, com toda sua especificidade e seu jogo ainda mais complexo de opressão e liberdade, onde os "olhos" são mais numerosos e contraditórios, é possível perceber que o espaço gerado no urbanismo do século XIX, dos bulevares, jardins públicos etc, foi completamente transfigurado. Não traduzem sequer a idéia daquilo para o que foram originalmente projetados. Os chafarizes se transformaram em banhos públicos, os bancos dos jardins estão tomados de "desocupados". A linearidade e regularidade de seus planos e traçados foram quebradas definitivamente por seus novos ocupantes, aqueles que um dia apenas olhavam. Atualmente, nesses espaços, são os legítimos cidadãos que olham, são eles que se admiram quando são obrigados a passar por estas vias a caminho de suas casas-fortaleza.

Os condomínios exclusivos são hoje a expressão dessa nova forma de morar. Cercados por semelhantes, agrupam-se ilhados e isolados por cercas e muros do mundo estranho e adverso circundante (como se este não fosse, em grande parte, resultado de sua própria criação). Frequentam os mesmos lugares, compram os mesmos artigos, há espaços para lazer e compras, "tudo sem sair de casa". Para se penetrar nesta cidadela ultrapassa-se diversos umbrais e controles. **Cruzam-se** guaritas, portarias, vestibulos, interfonos e finalmente podemos ingressar neste mundo que a todo momento traduz sua estranheza e desconfiança a todo aspecto que lhe seja contraposto.

Esses condomínios, assim como as ruas ou mesmo os balneários particulares, são exemplos típicos desse "novo" tempo, dessa "neo" modernidade. Entretanto, todos os grupos sociais que habitam a metrópole, embora conjugados numa escala econômico-política mais ampla, em maior ou menor grau acabam disciplinando seus espaços, criando suas barreiras de proteção a fim de manterem o domínio sobre seus signos de identidade, seus privilégios e fundamentalmente sobre seus territórios (vide estratégias dos favelados). Os muros que cercavam as cidades antigas e medievais foram trasladados para o interior da

metrópole moderna, onde cada segmento se muraliza como pode e faz do "igual" e do conhecido seus únicos interlocutores, como se esta "cristalização" espacial pudesse negar o turbilhão desestabilizador que a envolve.

Além de garantir o espaço da reprodução social, e preciso conquistar e/ou garantir outros, como em uma estratégia de guerra. A grande arma das metrópoles são as áreas ainda efetivamente comuns, públicas, "desocupadas". Nestas são traçadas as verdadeiras campanhas táticas informais de ocupação e domínio. Praças, ruas e equipamentos diversos de lazer e serviços são o território onde ocorrem ofensivas e retiradas, onde se alternam **controles** e normas próprias a cada grupo.<sup>16</sup>

A metrópole é, nesse sentido, o *locus* das disputas territoriais das distintas "tribos" (Maffesoli, op. cit.) que a compõem. Essa variabilidade espacial e temporal de usos, a ambigüidade daí decorrente, são o motivo maior do fracasso dos planos urbanísticos e das grandes cirurgias "organizativas". A racionalidade *strictu sensu* tem um compromisso intestino com a funcionalidade, com a maximização das eficiências e a racionalização dos usos. Os espaços assim projetados apresentam "um lugar para cada coisa em seu lugar". Por isso tendem a criar espaços sem vida, sem o dinamismo inerente à própria modernidade, surgindo então arremedos de convivência urbana, sem ambigüidade ou mutabilidade, sublinhando apenas a ordem racionalista, aparências urbanas que têm dificuldade em ultrapassar o sentido que lhes foi outorgado.

A dinâmica da metrópole ainda está a desafiar os espíritos sequiosos por **compreenderem** suas formas, reproduzi-las em um padrão. Concretamente, a consideração estrita do racionalismo quando aplicada à dinâmica urbana não foi suficiente em suas táticas de reproduzi-la enquanto modelo, sob a forma da proposição de cidades planejadas e controladas, nem como, em diversas ocasiões, interventor eficaz nas cirurgias urbanas que produziu. A geografia também, quando se volta para a apreciação dos processos espaciais na modernidade, sobretudo nas metrópoles, geralmente tem reforçado os vínculos com a ordem, procurando sempre estabelecer padrões formais e tipologias. Estas, **no** entanto, têm sido constantemente rechaçadas pelo desenvolvimento de uma indeterminação que a princípio dificilmente conseguimos conceber.

---

<sup>16</sup> Em recente estudo Baudrillard percebe que os atuais grafites que se impõem na paisagem novaiorquina não têm qualquer sentido próprio ("significantes sem significado"), ou uma mensagem intrínseca, advindo daí sua força. Trata-se tão-somente de uma marca de existência, tentativa de subversão de uma ordem excludente ou de uma incursão em território "inimigo".

Devemos reenfatizar, contudo, que o reconhecimento dessas ambiguidades e diferenciações, esta abertura para o novo e o indeterminado, de modo algum exclui as identidades e a normatização globalizadora. A grande questão é como encontrar novas formas que nos permitam refletir sobre a imbricação dessas tendências, tal como ela se expressa no espaço moderno contemporâneo. Observamos, por exemplo, que o espaço na modernidade é concebido em diferentes escalas interrelacionadas - embora tenhamos optado pela escala metropolitana, que sintetiza alguns de seus traços mais característicos, reconhecemos ser imprescindível a consideração de múltiplas escalas territoriais, pois só assim poderemos perceber os níveis possíveis de generalização e a relevância de cada "território" para a compreensão de determinados fenômenos sociais. Em cada uma dessas escalas, por sua vez, é preciso evidenciar os processos de diferenciação/segmentação que em seus distintos núcleos e redes reproduzem os múltiplos sentidos e funções atribuídos à espacialidade - tanto como espaço produtivo, disciplinar e/ou simbólico.

A análise dessas redes, interconectadas ou não, impõe a discussão de uma perspectiva que alie o particular (a diferença) e o geral (a unidade), pois ao mesmo tempo em que se inserem na malha macro-política e macro-econômica, elas projetam singularidades inovadoras (ou defensivas) que podem mesmo estar renunciando hoje a emergência de uma nova "ordem" - uma ordem onde prevaleça sobretudo a possibilidade de recriar, pelas próprias coletividades, "territórios" originais que atendam não só às suas aspirações de sobrevivência e reprodução material, como também à expressão das especificidades culturais que efetivamente mobilizam e animam os grupos sociais.

#### *Bibliografia*

- ABREU, M. (1987). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLAN/Zahar.
- BAUDRILLARD, J. (1986). *América*. Rio de Janeiro, Rocco.
- BENJAMIN, W. (1985). "A Paris do Segundo Império em Baudelaire". In: Kothe, F. (org.). *W. Benjamin*. São Paulo, Ática.
- BERMAN, M. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CASTORIADIS, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz, e Terra.
- Costa, R.H. (1988). *RS: Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal.

- (1984). *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes.
- GOLDFINGER, C. (1986). *La Géofinance*. Paris, Seuil.
- GUATTARI, F. (1985). "Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade". In: *Espaço e Debates*, nº 16, ano V. S. Paulo, Cortez.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes.
- MAFFESOLI, M. (1987). *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- ROUANET, P. (1987). *As razões do iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTOS, M. (1978). *Por uma Geografia nova*. São Paulo, HUCITEC.
- SHACHAR, A. (1983). "A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global". In: Becker, B. et. al. *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- WILDE, O. (1981). *O retrato de Dorian Gray*. São Paulo, Abril.